

Editorial

“O slogan não deveria ser o de que o Brasil paga o seu próprio desenvolvimento, mas sim o de que são os pobres que o pagam, em benefício dos ricos. Dos ricos e de seus sócios e protegidos, que o dinheiro ganho chega para muita coisa, até mesmo para campanhas políticas”

(Barbosa Lima Sobrinho)

É motivo de renovado contentamento poder anunciar um novo número da *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*. O sentido da existência da RBDR, como tem sido lembrado, está no debate interdisciplinar de temas referentes à “questão regional”, sobretudo, de formações sociais periféricas. O objetivo de contribuir para o referido debate realiza-se na medida em que se publiquem artigos, ensaios e resenhas, inéditos (exceto se tiverem sido publicados em periódicos não brasileiros), oriundos, sobretudo, da área de planejamento urbano e regional. Contribuições com origem em campos como geografia, economia, sociologia e ciência política, também, são bem-vindas. Se convergirem para temas que dizem respeito ao desenvolvimento regional, acolhem-se, inclusive, contribuições de áreas como urbanismo, comunicação social, direito, serviço social e turismo.

Outra lembrança importante: os artigos e ensaios publicados na *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* podem ser de natureza “teórica” ou ter um caráter mais “empírico”; podem consistir de interpretações e análises para o desenvolvimento regional latino-americano, em especial, o brasileiro, ou inter-relacionar escalas importantes na explicação dos diversos processos de desenvolvimento; e, se for o caso, conferir ênfase aos determinantes causais e à atuação de agentes e instituições presentes na produção de trajetórias de desenvolvimento no território.

Os nove artigos deste primeiro número de 2017, apresentados a seguir, ajustam-se ao perfil da RBDR, em conformidade com o que foi referido no parágrafo anterior.

“Formação socioeconômica de Blumenau: uma análise sob múltiplas escalas” é o primeiro desses artigos, assinado por Vanessa Follmann Jurgenfeld. Aí é dedicada atenção à formação socioeconômica de Blumenau não somente a partir do que ocorre em Blumenau, propriamente, mas também nas suas relações com Santa Catarina, com o Brasil, com a Alemanha e com o capitalismo global. O período vai de 1850, quando principia a colonização, até 1945, quando se consolida seu setor industrial.

O segundo artigo, assinado por Alcione Talaska, é “Estrutura agrária e agricultura familiar em Santa Catarina”. Aí o autor se debruça sobre a supressão e inclusão normativa de conceitos relevantes para a compreensão da estrutura agrária do país.

É que, segundo o Estatuto da Terra de 1964, o latifúndio deveria ser extinto do território brasileiro. É certo que este fato aconteceu no texto das leis, mas não na realidade agrária do país nem na de Santa Catarina, na qual convive com a agricultura familiar.

Em “A perspectiva social de moradores atingidos pela Hidrelétrica Baixo Iguçu/PR”, Francine Herpich e Norma Kiyota apresentam os resultados de um estudo envolvendo moradores de municípios paranaenses atingidos pela Usina Hidrelétrica Baixo Iguçu. A perspectiva social dos atingidos é construída a partir de sentimentos de ansiedade e insegurança: eles percebem prejuízos econômicos, psicológicos e sociais devido à espera pela implantação da hidrelétrica e pela resolução dos conflitos.

Marcia Domenica Cunico Barancelli, Miguel Angelo Perondi e Leticia Lima Trindade assinam o artigo seguinte: “Doenças ocupacionais na fumicultura: os riscos percebidos pelos trabalhadores rurais do Paraná”. Aí os autores examinam a percepção dos riscos ocupacionais de duas comunidades produtoras de tabaco do Estado do Paraná. Evidenciaram, em ambas, que a saúde das famílias é exposta a riscos. Por isso, recomendam ações de fiscalização do ambiente de trabalho e de vigilância em saúde.

No artigo seguinte, “Desenvolvimento sustentável e a produção de biocombustíveis: uma alternativa à produção de fumo?”, Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte e Ana Monteiro Costa buscam verificar se a produção de biocombustíveis de primeira geração pode ser uma alternativa aos municípios produtores de fumo no Vale do Rio Pardo. Os resultados revelam que a produção de biocombustíveis é uma opção social e ambientalmente mais sustentável, mas com uma redução considerável nos ganhos econômicos.

“A dimensão regional da política de educação em saúde no Rio Grande do Sul” – assinado por Maria Raquel Pilar Steyer, Marco André Cadoná e Leni Dias Weigelt – é o sexto artigo deste número da RBDR. Trata-se de uma análise sobre a regionalização da Comissão de Integração Ensino-Serviço na Região 28 de Saúde no Rio Grande do Sul entre 2007 e 2014. Os resultados sugerem que os educadores em saúde têm logrado dar maior visibilidade às políticas regionais de educação permanente em saúde.

No sétimo artigo, “Mediações na comunicação hospitalar em uma Região de Saúde do Rio Grande do Sul”, Lídia Schwantes Hoss e Ângela Cristina Trevisan Felippi se debruçam sobre o processo de produção da comunicação hospitalar numa Região de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Aí identificam uma dualidade entre práticas comunicacionais hospitalares: de um lado, uma comunicação de caráter efetivamente público e, de outro, ênfase à divulgação e venda de serviços privados de saúde.

Em “Determinantes do empreendedorismo no Rio Grande do Sul: uma análise espacial”, Ricardo Höher, Mário Jaime Gomes de Lima e Adelar Fochezatto examinam a “espacialidade” do empreendedorismo no Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais resultados a que chegam, identificam uma maior propensão para o empreendedorismo nas regiões que apresentam mais elevados níveis de urbanização, educação formal e renda *per capita*, com destaque para a Serra Gaúcha.

Marina Evaristo Wenceslau assina o último artigo deste número da RBDR: “Cultura, território e turismo”. Ela procura mostrar como a cultura, o território e a atividade turística se imbricam no caso das comunidades indígenas localizadas em Dourados, no Mato Grosso do Sul. A sua especificidade está em que se tratam de núcleos de atratividade cuja dinâmica histórica pode propiciar, por meio da cultura, uma identidade própria, mantendo sua alteridade através da língua materna, de seus mitos e seus ritos.

Finalmente, na seção de resenhas se apresenta, mui brevemente, uma pequena lista de publicações que podem interessar aos leitores deste número da RBDR que vieram à superfície ao longo de 2017.

Antes de encerrar, todavia, cabem algumas observações. Em primeiro lugar, cumpre informar que, por não se limitar às conquistas realizadas ao longo dos primeiros cinco anos de sua existência, a RBDR continua passando por *melhorias*. Por exemplo, a partir de 2017 passaram a ser publicados três números por volume. Outras *melhorias* estão previstas, mas serão informadas nas próximas edições da revista. Tais ajustes não seriam possíveis se não houvesse um providencial reforço na equipe que edita a *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*. Em segundo lugar, é preciso agradecer mui especialmente aos que – na condição de articulistas ou integrantes do conselho editorial ou de “carregadores de piano” (incluindo aí os “novos”) – vêm contribuindo para que a RBDR chegasse ao seu quinto volume. Em terceiro lugar, a RBDR deve continuar sendo objeto da boa crítica construtiva de seus atentos leitores, para que se possa diminuir toda sorte de imperfeições. Finalmente, para que a RBDR continue cumprindo o que tem prometido – constituir-se em um espaço de debate interdisciplinar qualificado sobre temáticas ligadas à “questão regional” – resta a cada leitor servir-se da *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* como melhor lhe aprouver.

Portanto, excelente leitura. Até o próximo número!

Ivo M. Theis

Editor